

Diário do Legislativo de 09/01/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 - ERRATA

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

334ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/12/97

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, "todos cantam sua terra, também vou cantar a minha."

Nascido e criado em Ubá, é com justo orgulho que me permito ocupar hoje esta tribuna para prestar uma homenagem a minha terra natal. Poderia fazê-lo enaltecendo-lhe a belíssima paisagem ou as virtudes morais de seu povo, que são muitas. Neste momento, entretanto, quero lembrá-la como o berço de um artista que acrescentou jóias de imenso valor ao patrimônio cultural desta nação. Refiro-me a Ary Barroso, que soube, com talento e inspiração, traduzir em som e ritmo a alma nacional.

Não há brasileiro que não se emocione aos primeiros acordes da "Aquarela do Brasil". Símbolo desta terra no mundo inteiro, a composição do notável ubaense tornou-se nosso hino nacional popular, como a "Guantanamera", dos cubanos, ou "La Vie en Rose", dos franceses.

Gravada pela primeira vez em 1939 pelo inesquecível Francisco Alves, o "rei da voz", ela não demorou a conquistar o país de ponta a ponta. Quem haveria de resistir ao ritmo contagiante que convidava ao bamboleio e ao gingado? Quem não haveria de deixar-se cativar pela feliz mistura de imagens tão genuinamente nossas como a do "Brasil brasileiro", o do "coqueiro que dá coco", a da "siá-dona caminhando pelos salões, arrastando o seu vestido rendado" e as da "mãe preta" e do "rei-congo no congado"? Quem ficaria insensível à sina do "trovador que canta à merencória luz da lua toda a canção do seu amor"? Não admira, pois, que o brasileiro se tenha apropriado dessa riqueza feita de música e poesia para expressar seu próprio afeto pela pátria.

Depois de conquistar o Brasil, foi a vez dessa colorida e sonora aquarela ganhar o mundo. Quando Carmem Miranda, na década de 40, empolgava as platéias nos Estados Unidos, convidou o compositor ubaense para se apresentar com ela. Em sua bagagem, ele levou a canção que, naquele país, iniciou uma carreira de sucesso internacional. Dos Estados Unidos ela foi levada à Europa e, daí, passou ao resto do planeta.

Hoje, depois de consagrada mundialmente, a "Aquarela do Brasil" volta a receber entre nós o mais expressivo reconhecimento. Empenhada em proceder a um balanço do que se produziu de mais significativo na Música Popular Brasileira neste século, a Academia Brasileira de Letras promoveu uma pesquisa para escolher as 14 composições que pudessem merecer o título. Treze estudiosos da MPB, considerados os maiores especialistas no assunto, foram incumbidos de fazer a seleção. Doze deles escolheram "Aquarela do Brasil".

Mais uma vez a genialidade de Ary Barroso é confirmada, agora por uma decisão unânime de juízes de insuspeita competência e conhecido rigor. Eleita pelos críticos como a canção do século, "Aquarela do Brasil", desde que foi lançada, inscreveu-se na memória e no coração do povo. Seja nos momentos felizes, seja nos tempos difíceis, ela brota espontaneamente das gargantas, exaltando as glórias do passado e expressando a fibra de uma gente que não conhece a palavra derrota.

Como mineiro, não poderíamos deixar de reverenciar a memória do artista que nos deixou tão precioso legado. Como filho de Ubá, unimo-nos aos conterrâneos para festejar. Não podemos deixar passar ocasião tão propícia para cantar nossa terra, embalados pelos versos e pelo sucesso do ubaense que fez o mundo inteiro cantar o Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, ao iniciar a minha fala nesta tarde, gostaria de ler um ofício da Prefeitura Municipal de Cristália, datado de 12/11/97, entregue ao Governador do Estado por este Deputado e pelo Prefeito de Cristália. Por meio dessa leitura, quero mostrar a situação difícil, precária e até desesperadora por que passam alguns municípios do Norte de Minas Gerais e fazer, de público, a denúncia dessa situação, solicitando mais uma vez a interferência, a ajuda e o socorro do nosso Governador.

O ofício está redigido nos seguintes termos (- Lê:)

"Ofício nº 53/97

Serviço: Gabinete do Prefeito

Sr. Governador, o Município de Cristália, localizado no Norte de Minas, no vale do Jequitinhonha, amarga terrível situação financeira, agravada pela situação de miséria gerada pela seca da região.

Num momento em que a população não tem qualquer opção de trabalho, vimo-nos obrigados a demitir funcionários da Prefeitura, por absoluta impossibilidade de cobrir a folha de pagamento. Com isto, famílias já carentes se vêem em situação de fome, face ao desemprego.

Diante deste quadro e em consequência da seca, decretamos situação de emergência, em 18 de setembro de 1997 (Decreto nº 005/97). Posteriormente, com o agravamento da crise e com a consequente falta de água na cidade e na zona rural, inclusive nas escolas públicas e postos de saúde, decretamos estado de calamidade pública (Decreto nº 006/97, de 21 de outubro de 1997).

A imprensa nacional, estadual e regional vem noticiando a nossa situação, insistentemente. Não obstante o clamor da população, levado através da imprensa, até esta data não recebemos qualquer manifestação de apoio, seja do Governo Estadual, seja do Governo Federal.

Aliás, acabamos de receber da CEMIG o Ofício nº 0372/97, com cópia anexa, através do qual somos comunicados da suspensão da manutenção de iluminação pública, a partir desta data, e da suspensão do fornecimento de energia elétrica, a órgãos da Prefeitura, a partir de 27/11/97.

Tudo isto devido a faturas vencidas em 1º/10/97 e 3/11/97.

Tal fato nos causa espécie, não só pela situação em que nos encontramos e que é de pleno conhecimento de todos os órgãos estaduais, mas também pelo fato de, ao assumirmos a administração do município, em 1º/1/97, termos encontrado elevada dívida da administração anterior, inclusive para com a CEMIG, cujo débito já quitamos, com sacrifício de outros credores e da própria população.

Compreendemos a situação da CEMIG, até mesmo quando, sem dúvida, alegam falta de funcionários para atender aos cinco municípios jurisdicionados à unidade sediada em Grão-Mogol, como justificativa da precária manutenção da iluminação pública.

Não temos condições, no momento, de quitar as faturas.

Vou, antes de qualquer outro compromisso, carrear os escassos recursos do município, para atendimento às famílias que estão em situação de miséria.

Temos por V. Exa. o maior respeito e admiração e esperamos contar com a compreensão e apoio do seu Governo, que, com sensibilidade e seriedade, vem implantando em Minas Gerais uma administração respaldada na equidade. Atenciosamente.

Evaldo Jener de Fátima, Prefeito Municipal de Cristália".

Acredito que a situação de Cristália retrata, na verdade, os problemas de centenas de municípios do nosso Estado. Cristália é cidadezinha encravada no Norte de Minas, no vale do Jequitinhonha, que vive, ou melhor, sobrevive com 0,6% do FPM, que, somado ao ICMS, não ultrapassa a quantia de R\$100.000,00 por mês. Essa também é a situação de mais de 400 municípios do nosso Estado.

Fico analisando essa situação penosa de Cristália e penso o que seria desses municípios se não fosse a atuação precisa e segura do Governador Eduardo Azeredo e do Vice-Governador Walfrido, ao enviarem a esta Casa o projeto de lei estabelecendo a redistribuição do ICMS, o famoso "Projeto Robin Hood". Fico pensando o que seria de Cristália, o que seria de Botumirim, o que seria de Grão-Mogol e de algumas outras cidades do vale do Jequitinhonha, se não fosse a atuação decisiva e firme deste Governo e desta Casa Legislativa, por meio do seu Presidente Romeu Queiroz, que consegui, a duras penas, fazer com que a licença prévia da barragem de Irapé fosse votada no último dia 10 pelos membros do COPAM.

São medidas como essa que têm, pelo menos, aliviado um pouco a dificuldade desses municípios. E o Prefeito Evaldo Jener, de Cristália, Vice-Presidente da Associação de Municípios da Área Mineira da SUDENE, teve apoio importante e emergencial do Governador Eduardo Azeredo e do Presidente da CEMIG, que suspendeu a portaria daquele órgão que determinava o corte de energia do hospital municipal, dos postos de saúde, das escolas públicas e dos órgãos municipais.

Esse Governo tem demonstrado, acima de tudo, sensibilidade e respeito para com os municípios mais humildes, mais simples. Ele tem destoadado das atitudes draconianas tomadas pelo Governo Federal, que impõe um Fundo de Estabilização Financeira, tirando 25% dos pequenos e poucos recursos dos nossos municípios. Minas Gerais e os municípios mineiros irão perder, em 98, mais de R\$130.000.000,00. Isso não é brincadeira.

O Governo Federal, quando quer resolver os problemas, lança CPMF, FEF e outras taxas e imposições sobre os governos municipais, como a Lei Kandir, ou sobre os governos estaduais, e resolve o seu problema de caixa. Ele fica, assim, em uma situação cômoda: terá mais de R\$10.000.000.000,00 para fazer obras em 1998. Enquanto isso, nossos Estados e municípios não podem tomar nenhuma atitude, ficando à mercê da própria sorte e de socorros que estão sendo pedidos, mas que nunca chegam.

A situação é dramática. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não pode comprometer a situação desses Estados e municípios em nome de uma recandidatura. Ele deveria demonstrar na prática e não no discurso, acima de tudo, que está ao lado do povo. Ele está em primeiro lugar nas pesquisas, mas é um primeiro lugar ilusório. De um momento para outro, isso pode se reverter, porque não se faz política nem campanha para a Presidência da República às custas do sacrifício do povo, dos Estados e dos municípios brasileiros.

Faço esse alerta, porque estamos andando e percorrendo principalmente os municípios do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. E há um consenso, uma falsa ilusão de que tudo vai bem. Mas, na verdade, a situação se complica a cada dia. Tirar 25% dos recursos dos municípios é decretar o fim, é decretar a sua falência e o estado de calamidade. Precisamos ver o fim da retórica, dos discursos fáceis feitos por demagogos e enganadores. Precisamos que esses governos, principalmente o Governo Federal, desçam até as bases e procurem os Prefeitos e Vereadores para saberem o que está acontecendo com os municípios brasileiros e mineiros.

A saúde pública nunca esteve em crise tão dramática, difícil e injusta. Temos observado que a grande maioria dos municípios não tem como custear a saúde pública e como manter abertas as portas dos prontos-socorros. Não podemos ficar passivos diante dessa crise. A crise é séria. Vimos a imprensa nacional dizer que o Governo Federal tem R\$10.000.000.000,00 para investimentos, mas esse dinheiro não chega à base, ao alicerce, às mãos dos Prefeitos, para resolver os problemas dos municípios.

Quero, Sr. Presidente, terminando o meu pronunciamento, cumprimentar V. Exa. e esta Casa pela posição firme que tiveram diante da construção da Usina de Irapé, no Norte de Minas, no vale do Jequitinhonha. Mais uma vez repito: a data de 10 de dezembro ficará marcada para sempre na história dessa região. São R\$600.000.000,00 em investimentos. É a redenção da região, fruto de trabalho sério, mesmo com toda a oposição dos grupos que comandam a mineração no vale do Jequitinhonha e no rio Jequitinhonha. Eles fizeram "lobby", usaram os pequenos, as pessoas mais simples e mais pobres. Mas, no dia 10, o recado foi dado: a licença prévia foi expedida. Esperamos que, a partir dessa data, aquela região possa contar com essa importante obra.

Quero, também, dizer que esta Casa não teve apenas a preocupação de garantir o empreendimento.

Em nenhum momento, saímos de perto dos 3 mil atingidos, que perderão as suas terras e receberão indenização. Esta Casa mandou recado bem incisivo: não permitiremos que se cometam injustiças com as pessoas que perderão as terras com a construção da barragem de Irapé, a exemplo do que aconteceu com a barragem do Pico da Pedra, em Janaúba, há 20 anos. Até hoje, eles choram amargamente a perda das terras e a forma injusta com que se procedeu à indenização das pessoas que lá moravam.

A Deputada Maria José Hauelsen (Em aparte) - Nobre Deputado Carlos Pimenta, escutamos, com atenção, as suas palavras e acredito que, em princípio, ninguém é contra uma barragem. Sabemos o bem que uma barragem bem-feita e planejada pode fazer a toda uma região. Ainda bem que foi falado há pouco no problema dos atingidos. A grande preocupação com as barragens é a situação dos atingidos. V. Exa. lembrou aqui outras pessoas atingidas, que foram injustiçadas. Uma das palavras mais trágicas que já ouvi em relação a barragens veio de uma senhora em Araçuaí. Era uma pobre viúva, completamente desprovida de bens materiais, falando sobre os prejuízos que sofreu nas construções de barragem no Jequitinhonha. Ela terminou dizendo: "Perdi tudo o que eu tinha. E, quando recebi a indenização, inteirei o dinheiro e comprei um quilo de carne". Essa foi a frase mais forte que já ouvi em toda essa história de barragem. Essa senhora foi tirada de sua terra, onde, com certeza, possuía o mínimo, como um casebre e algumas árvores frutíferas, e, em uma época brava de inflação, a indenização que recebeu não foi suficiente para comprar um quilo de carne. Hoje, os grupos que ainda estão em luta, reclamando de Irapé, protestam contra a incerteza em que vivem os atingidos.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa. e termino, Sr. Presidente, dizendo que essa foi a primeira preocupação que tivemos. O Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, constituiu uma comissão especial para acompanhar o processo de construção de Irapé, e sua primeira palavra para os membros da Comissão foi a seguinte: "Não permitiremos que se façam sacrifícios às custas das pessoas que perderam suas terras. Manteremos a unidade, a identidade da região, e as pessoas receberão a indenização devida e justa, sem haver a injustiça social que aconteceu no passado bem recente". Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, na tarde de hoje, apresentar, para a apreciação dos meus ilustres pares desta Casa Legislativa dos mineiros, o seguinte requerimento.

Lê requerimento em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública, para que sejam abertos os arquivos secretos do DOPS, em cumprimento à Lei Estadual nº 10.360.

A justificação é a que se segue.

"A abertura dos arquivos secretos do DOPS, em Minas, deverá mostrar a escuridão da ditadura, um período negro da história brasileira. Neles constam as perseguições, as prisões, as torturas, as condenações, os inquéritos policiais, todos envolvendo mineiros de importante atuação política, revelando a face oculta de nosso Estado, até então enterrada em São Paulo, enquanto deveria estar disponível para a população dos mineiros.

Os registros encontrados em São Paulo relatam envolvimento de grandes personalidades, de associações de classe, sindicatos, igrejas, escolas e partidos políticos, os quais eram vigiados, a cada minuto, pelo DOPS.

Todas as informações contidas nesses arquivos são de fundamental importância, portanto, não devem ser ignoradas, motivo pelo qual solicitamos apoio de nossos ilustres pares à aprovação do presente requerimento".

Quero informar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já há a assinatura de diversos companheiros em apoio a essa proposição. E quero pedir uma atenção especial da nossa Casa, que é uma Casa democrática, que tem o dever e a obrigação de fazer com que esses arquivos secretos do DOPS, daquele período negro por que passamos, venham a público, a fim de que possamos conhecer de perto aqueles que foram injustiçados, aqueles que foram perseguidos e, quem sabe, até caminhararmos para o descobrimento de pessoas que desapareceram naquela oportunidade. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo desta tribuna, nesta tarde, quase encerrando o ano de 1997, porque na semana passada - começando na semana passada e terminando agora, no começo desta semana - houve, através do jornal "Hoje em Dia", uma pesquisa e um estudo profundo no DOPS, em São Paulo, em que foi citada a atuação dos progressistas, dos socialistas, dos comunistas, daqueles que viviam na cidade de Uberlândia, Capinópolis e outras cidades do Triângulo Mineiro. Nós, que vivenciamos e presenciemos, naquela oportunidade, a atuação política, sempre no sentido da defesa da democracia, não só dos mineiros da região do Triângulo, mas, sobretudo, dos mineiros em geral e dos brasileiros, quando vimos aquela matéria do "Hoje em Dia", ficamos realmente entusiasmados. E nos foi dada esta oportunidade de requerer, também, aqui, em Belo Horizonte, a abertura dos arquivos secretos do DOPS, para que possamos, naturalmente, com toda a dedicação, analisar o que ocorreu no período da ditadura militar de 1964, em todo o Brasil. E o Triângulo Mineiro, Uberlândia, principalmente, até pela matéria do jornal, era considerada a Moscou brasileira. Tudo isso demonstra claramente a intenção de, realmente, perseguir aqueles progressistas, aquelas pessoas mais interessadas na diminuição das diferenças sociais - gritantes - que ainda hoje persistem em nosso País. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados; Venda Nova inteira está perplexa com os acontecimentos de quatro dias para cá. Tivemos, no ano passado, uma das maiores enchentes que assolou aquela região, e a Prefeitura de Belo Horizonte disse que era por causa do lixo que havia entupido as galerias da Avenida Vilarinho.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Nobre Deputado, percebo sempre em suas palavras muita lógica, de uma pessoa que faz comparações concretas. Por exemplo, Belo Horizonte com o Rio de Janeiro. Sabemos que o trânsito de Belo Horizonte tornou-se uma punição injusta para o povo que colocou este Prefeito e outros. A cidade, simplesmente, parou no tempo e no espaço, no que tange ao escoamento do trânsito. No Rio, eles têm a Linha Vermelha, a Linha Amarela. Aqui, você sai de um lugar para outro...

O Deputado Irani Barbosa - Aqui você tem a "linha preta", cheia de buracos e por aí fora.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - V. Exa. há de convir que o homem pode mudar. O homem foi feito à imagem de Deus e, portanto, com capacidade volitiva. O Célio de Castro, com um ano...

O Deputado Irani Barbosa - Se aquilo for imagem de Deus, vou te contar; que me perdoe; está louco.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Ele pode mudar e realmente fazer, nestes três anos que lhe restam, uma administração bonita e dar um grande exemplo. Isso é o que a população de Belo Horizonte espera, porque votou nele.

Mas quero agradecer o aparte concedido, porque V. Exa. foi gentil. Tenho de ir a uma comissão agora. Quero fazer um comunicado a V. Exa. Eu diria que é a pessoa mais indicada para receber esse comunicado, porque é um guerreiro. E, se dedicar a sua força, o seu talento e a sua garra ao ministério que Deus lhe colocou, V. Exa. será um baluarte do meio ambiente em nosso País.

Um dos maiores crimes, talvez o mais hediondo do ano, aconteceu às 3h30min de quarta-feira, quando o rio São Francisco, no trajeto de Três Marias até às corredeiras, 17 ou 18km abaixo, tornou-se veneno, e os peixes da piracema, que trazem em suas entranhas dezenas de milhares de ovos, pulavam para fora sufocados, causando lágrimas, horror e tristeza nos pescadores. A mortandade foi até às 18 horas. Estima-se, pela polícia, que 5 toneladas de peixes morreram. Os pescadores dizem que foi mais. Quando se estima isso, sabemos que, na verdade, é muito mais.

Sr. Presidente, não houve muita propagação, até porque a Companhia Mineira de Metais é a principal suspeita. Não é a primeira vez que acontece isso. O relatório do Comandante da Polícia Florestal, que tenho em mãos, diz que a CMM é a principal suspeita, que vazou do seu canteiro; ela lava os seus produtos de zinco, e fabrica, inclusive, ácido sulfúrico; foi instalada pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes.

Isso é uma vergonha para o Brasil; o São Francisco é o rio mais importante da integração nacional. Tenho convicção de que V. Exa., como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, vai-se levantar para apurar essas responsabilidades.

O Deputado Irani Barbosa - Gostaria de convidar V. Exa., porque, daqui a 5 minutos, teremos audiência da Comissão.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Por isso, faça de público esse comunicado a quem de direito. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Gostaria, Srs. Deputados, de continuar a falar da Avenida Vilarinho, que parece ser a mesma coisa: problema de enchente também.

Quero dizer que o Prefeito de Belo Horizonte não dá conta de tapar os buracos da cidade. Esse é o maior conto-do-vigário que Belo Horizonte poderia receber nos seus 100 anos. Dizem que, quando a formiga quer-se perder, cria asas. Aquela evolução comunista que assolou Belo Horizonte nos últimos cinco anos levou nossa cidade a isso que está aí, uma cidade sem futuro enquanto tiver esse Prefeito à frente, uma cidade que não pode ter um acordo com o Governador. Esse homem se recusa a se sentar na frente do Governador e insiste em achar caminhos próprios para definir as soluções para Belo Horizonte. Infelizmente, é o que temos hoje, um Prefeito submisso, sem vontade acho que até de viver, porque quem responde por ele não é ele. Quem responde por ele é sua assessoria, um homem já repudiado pelas urnas, já execrado pela política, o coitado do Sr. Antônio Faria. Meu Deus, a que ponto nós chegamos! Aquilo que todo o povo rejeitou no passado é a escória que hoje comanda Belo Horizonte. O Prefeito não tem controle, sequer, da Câmara de Vereadores. Meia dúzia de empresários de ônibus se colocam frente a um pobre coitado de um Prefeito que deveria ter feito alguma coisa. Não sei até onde vai a mediocridade dele. Não sei como pode ser médico nessas circunstâncias. Se tiver que tomar uma decisão para salvar alguém, coitado, vai ficar igual à Avenida Vilarinho, está morta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arnaldo Penna* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhores da assistência, hoje ocupamos esta tribuna para apresentar, de público, séria denúncia contra o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Como transeunte constante do trecho da BR-040 entre a cidade de Conselheiro Lafaiete e a cidade de Belo Horizonte, tenho assistido ao descaso desse órgão em relação aos usuários desse trecho de rodovia. Já há bastante tempo levei ao Diretor Flávio Menicucci uma reclamação no sentido de que se fizesse ao menos a pintura do trecho da estrada entre Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete. Há dias, mais precisamente na madrugada do dia 30 de novembro, tive grande dificuldade em transitar por aquela rodovia, em virtude da ausência de sinalização, o que coloca em risco todos os que transitam por aquele trecho. Parece que o DNER, em Minas Gerais, só trabalha sob pressão, só realiza obras se for ameaçado, só realiza obras se houver manifestações. É do conhecimento público o problema que se enfrenta no chamado Viaduto das Almas, onde acidentes e mais acidentes se repetem continuamente. Bastou uma manifestação promovida pela comunidade de Congonhas, que ali esteve e fez realizar uma missa, e logo em seguida o DNER sinalizou melhor aquele trecho da rodovia.

Mas, desde o início do mês de junho, estamos solicitando a sinalização da estrada, o que não ocorre. Há cerca de dois meses, transitando pela BR-040, a cerca de 1km no sentido de Conselheiro Lafaiete para Belo Horizonte, pude notar a existência de uma substância estranha sobre o asfalto. E ali têm se repetido acidentes, e, nesses últimos dias, quatro pessoas de Conselheiro Lafaiete foram mortas naquele trecho, em razão daquela situação da estrada. Ainda no último sábado, três pessoas morreram exatamente naquele lugar, a 1km de Conselheiro Lafaiete, pelo descuido, pelo descaso do DNER, que, sendo solicitado, não providenciou nenhuma ação para evitar esse tipo de acidente.

Já tenho aconselhado as famílias das vítimas: é preciso que elas busquem a justiça, para obter, junto ao Governo, junto ao DNER, a indenização pelos danos causados e pelas mortes provocadas pelo descaso do DNER no Estado de Minas Gerais. É preciso que isso fique claro. É preciso que isso fique denunciado, para que outros fatos dessa natureza não ocorram.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Deputado Arnaldo Penna, obrigado pelo aparte. O senhor trata de um assunto muito importante num momento em que teremos a maioria de pessoas que compõem a sociedade de Minas Gerais utilizando as nossas rodovias. E Minas Gerais tem praticamente todas as rodovias brasileiras cortando o seu território. E é triste para todos nós vermos, a cada feriado prolongado, finais de semana ou mesmo nas férias, tantos mineiros, tantas pessoas perderem suas vidas nas estradas, justamente por essa falta de conservação. Algumas pessoas de outros Estados sempre comentam comigo: quando entramos em Minas Gerais, vemos a má conservação das estradas, o cuidado que o DNER não tem com as estradas dentro do nosso Estado.

Em esse Departamento Nacional de Estradas de Rodagem está envolvido agora em tantas denúncias. Recentemente, gastou R\$4.000.000,00 com pagamento de dentistas para cuidar de 300 pessoas, e pagando uma empresa para cuidar da conservação da Ponte Rio-Niterói, que já tem sua concessão desde 1995. E vemos dentro do Estado de Minas Gerais esses locais citados por V. Exa., como o conhecido Viaduto Vila Rica, o "viaduto das almas", em situação precária, trazendo insegurança muito grande para aqueles que transitam naquele local.

Eu queria apoiar a manifestação de V. Exa. como algo importantíssimo. Acho que todos nós deveríamos fazer um grande movimento em Minas Gerais. As estradas federais que cortam o nosso Estado precisam de obras, precisam ser melhoradas, precisam dar segurança às famílias que ali transitam. Deputado Arnaldo Penna, as férias estão aí, e ficamos com o coração na mão porque a população de Minas Gerais usará essas estradas federais em péssimas condições. Apóio a sua manifestação, junto-me ao seu grito, que é o grito das famílias de Minas Gerais, muitas enlutadas em razão da péssima conservação das nossas estradas. Muito obrigado.

O Deputado Arnaldo Penna - Agradeço o aparte do Deputado João Leite e não teria nada a acrescentar, senão dizer que V. Exa. acompanha os fatos que foram denunciados e precisam ser apurados, referentes ao DNER. Acredito que esses fatos a que V. Exa. se refere realmente deverão ser motivo suficiente para uma grande movimentação do DNER.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (Em aparte) - Obrigado, Deputado Arnaldo Penna. Quero também juntar a minha voz à voz dos Deputados do PT, e à sua, para protestar contra a maneira como o DNER tem conduzido sua política e atuação, e exigir maior controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos nas rodovias federais.

Também venho aqui trazer meu testemunho. Eu transito por várias dessas estradas federais que passam por Minas e já tive a oportunidade, até mesmo na semana passada, de socorrer vítimas de acidentes resultantes da falta de sinalização das estradas, da má-conservação do leito dessas estradas, e quero dizer que, nesses casos de acidentes fatais, de acidentes com vítimas com mutilações, nenhuma indenização compensa a violência brutal das nossas estradas, especialmente das rodovias federais. Quero lembrar que na legislatura passada, na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, e nesta legislatura, agora sob a Presidência do Deputado João Leite, tivemos a oportunidade de realizar várias audiências públicas nas quais comprovamos e denunciemos a má-conservação das estradas, a falta de sinalização, a existência de pontos críticos inaceitáveis nas estradas. Infelizmente nenhuma medida concreta foi tomada com o objetivo de preservar a integridade e a vida das pessoas que transitam por essas rodovias. Portanto, estávamos corretos em proceder à análise desse assunto dentro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, dentro da Comissão de Direitos Humanos, porque é fundamental que a política, neste País, seja dirigida para preservar a vida e a integridade das pessoas, para evitar que elas continuem sendo vítimas de uma violência tão grande como a que estamos constatando nas rodovias que passam por nosso Estado, por falta de conservação, por falta de aplicação correta dos recursos públicos.

O Deputado Arnaldo Penna* - Agradeço a manifestação do Deputado. Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que quem sabe esta voz levantada nesta Casa e apoiada pelos parlamentares aqui presentes possa ser motivo suficiente para que o DNER se sinta pressionado, já que esse Departamento só é capaz de agir, de socorrer, após ser pressionado, após ser denunciado. Quem sabe, dessa forma, será possível ao DNER destinar algum recurso, deixando de praticar atos acusados como ilegítimos e irregulares, para, usando bem o dinheiro público, realizar o mínimo necessário para estabelecer a segurança, para a garantia, para a tranquilidade das pessoas que transitam pelas rodovias federais do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Glycon Terra Pinto - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nobres Deputados e Deputadas, senhores que estão a me ouvir, quero enviar à Mesa este requerimento vazado no seguinte teor.

Lê requerimento em que solicita seja comunicado ao Embaixador do Chile no Brasil e a todos os demais responsáveis pelos Consulados desse mesmo país, um voto de repúdio pelo tratamento desrespeitoso, desumano, discriminatório e antidemocrático que vem sendo dispensado aos brasileiros em geral naquela nação amiga.

A justificação é a que se segue.

Vinte desses irmãos brasileiros, reconhecidamente em missão de paz e sociabilidade, vêm sendo brutalmente maltratados. Todos são ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, de

origem brasileira, mas reconhecida e registrada tanto aqui quanto lá no Chile.

Comunique-se pois a estas autoridades estrangeiras o mais alto grau de insatisfação e decepção dos membros desta egrégia Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em relação a essas inaceitáveis atitudes dos governantes dessa nação vizinha, enquanto perdurarem.

É inaceitável que, em pleno regime democrático, cidadãos de uma nação vizinha e amiga sejam perseguidos e discriminados simplesmente por razões religiosas.

Pessoas pacíficas, portadoras de documentos devidamente reconhecidos e aceitos, não ilegais, desenvolvendo suas atividades dentro dos mais rigorosos padrões da lei e da ordem, de repente se vêem na condição de execrados pela sociedade, principalmente e exatamente, por aquela a que procuram abençoar".

Sr. Presidente, gostaria de informar à Assembléia que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal já nomeou uma comissão especial para ir ao Chile para ver "in loco" a situação mencionada aqui. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/1/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.176, de 6/11/97, e com base na Deliberação da Mesa nº 1.491, de 7/11/97, assinou o seguinte ato:

designando Maria das Dores Abreu Amorim para exercer as funções de Secretário da Diretoria Adjunta de Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Convênio

1ª Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Espinhaço - AMME. Objeto: cooperação técnica.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Elenisce Lúcia Soares Lopes. Objeto: prestação de serviços de terapia ocupacional. Licitação: inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

Termo de Rescisão

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MG-Set Manutenção de Sistemas Gráficos em off-set/Roberto Loureiro. Objeto: assistência técnica para máquinas impressoras. Objeto deste aditivo: Rescisão do ajuste.

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Teletlas Engenharia e Comércio Ltda. Objeto: locação de receptores de rádio chamada. Vigência: 1º/1/98 a 31/12/98.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 02514 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Comercinho - Comercinho.

Deputado: Gilmar Machado.

Convênio Nº 02515 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associação Mineira Gerenciamento Organização Social - Belo Horizonte.

Deputado: Paulo Schettino.

Convênio Nº 02516 - Valor: R\$19.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Conceição Alagoas - Conceição Alagoas.

Deputado: Anderson Aduato.

Convênio Nº 02517 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Animação Pastoral Social Meio Rural - Uberlândia.

Deputado: Gilmar Machado.

Convênio Nº 02518 - Valor: R\$5.600,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Santo Antonio - Pitangui - Pitangui.

Deputado: Antonio Julio.

Convênio Nº 02520 - Valor: R\$5.800,00.

Entidade: Fundacao Sao Jose Paraiso - Paraisopolis.

Deputado: Ambrosio Pinto.

Convênio Nº 02521 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Seara Luz - Santa Luzia.

Deputado: Ambrosio Pinto.

Convênio Nº 02522 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Nossa Sra. Conceicao - Jacinto.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio Nº 02523 - Valor: R\$2.200,00.

Entidade: Caixa Escolar Sao Benedito - Muzambinho - Muzambinho.

Deputado: Marco Regis.

Convênio Nº 02524 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associacao Servidores Cristaos - Acrispu - Belo Horizonte.

Deputado: Glycon Terra Pinto.

Convênio Nº 02525 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associacao Servidores Cristaos - Acrispu - Belo Horizonte.

Deputado: Glycon Terra Pinto.

Convênio Nº 02526 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Engenheiro Navarro - Engenheiro Navarro.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 02527 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Mineira Estabelecimentos Ensino Danca - Belo Horizonte.

Deputado: Ronaldo Vasconcellos.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/12/97, pág. 17, col. 1, onde se lê:

"José Luiz Fratini", leia-se:

"Luiz José Fratini".